https://dx.doi.org/10.35499/tl.v19i1.23808

QUILOMBISMO LINGUÍSTICO: SOCIOLINGUÍSTICA, JUSTIÇA SOCIAL E ATIVISMO

DAISY CORDEIRO (UFBA)*
https://orcid.org/0000-0002-9410-5780

RESUMO

Este artigo apresenta o Quilombismo Linguístico sob uma perspectiva sociolinguística, evidenciando sua relevância na promoção da justiça social e no combate às desigualdades raciais. A pesquisa articula os fundamentos teóricos da sociolinguística com a filosofia de resistência e autonomia de Abdias Nascimento, demonstrando que a língua é manifestação de identidade e instrumento de transformação social. O estudo percorre a evolução histórica do campo da variação linguística até a emergência do Quilombismo Linguístico, destacando iniciativas de ativismo que valorizam as línguas e variedades marginalizadas. Por meio de uma abordagem interseccional, o artigo propõe a criação de espaços inclusivos que assegurem um ensino de língua materna democrático e incentivem o engajamento das comunidades na construção do conhecimento, contribuindo para a superação do racismo linguístico e cultural.

Palavras-chave: Quilombismo Linguístico; Sociolinguística; Justiça social; Resistência cultural; Racismo linguístico.

ABSTRACT

LINGUISTIC QUILOMBISMO: SOCIOLINGUISTICS, SOCIAL JUSTICE AND ACTIVISM

This article presents Linguistic Quilombismo from a sociolinguistic perspective, highlighting its relevance in promoting social justice and combating racial inequalities. The research articulates the theoretical foundations of sociolinguistics with Abdias Nascimento's philosophy of resistance and autonomy, demonstrating that language is a manifestation of identity and an instrument of social transformation. The study covers the historical evo-

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL-UNEB). Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela UNEB. Sua pesquisa concentra-se na área da sociolinguística, com ênfase nas atitudes linguísticas, adotando uma abordagem voltada para a perspectiva êmica. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0514202686182836. E-mail: daisy_cordeiro@hotmail.com

lution of the field of linguistic variation until the emergence of Linguistic Quilombismo, highlighting activism initiatives that value marginalized languages and varieties. Through an intersectional approach, the article proposes the creation of inclusive spaces that ensure democratic mother tongue teaching and encourage community engagement in the construction of knowledge, contributing to overcoming linguistic and cultural racism.
Keywords: Linguistic Quilombismo; Sociolinguistics; Social justice; Cultural resistance; Linguistic racism.

INTRODUÇÃO

O Quilombismo Linguístico propõe uma abordagem para valorizar e preservar línguas e variedades marginalizadas, especialmente no Brasil, onde desigualdades sociais e raciais refletem-se nas dinâmicas linguísticas. Inspirado pela filosofia de resistência das comunidades quilombolas de Abdias Nascimento, esse conceito integra diversidade linguística à luta contra opressões culturais.

No Brasil, o racismo linguístico marginaliza variedades não hegemônicas, perpetuando exclusão e discriminação. Torna-se necessário desenvolver estratégias que promovam justiça social e equidade linguística. A sociolinguística oferece ferramentas para analisar desigualdades e a quarta onda destaca a interseção entre língua e justiça social, essencial ao Quilombismo Linguístico.

Essa abordagem alia resistência das comunidades quilombolas à valorização de línguas marginalizadas. Contribui para combater o racismo linguístico e promover educação inclusiva, enfrentando desigualdades estruturais que permeiam a sociedade. O Quilombismo Linguístico amplia o escopo de ativismo, unindo múltiplas identidades e experiências para construir uma sociedade mais equitativa.

O artigo explora o Quilombismo Linguístico dentro de um contexto sociolinguístico, destacando sua relevância na luta contra as desigualdades raciais e sociais no Brasil. A Seção 1 apresenta o tema e a importância de uma abordagem interseccional. A Seção 2 aborda os fundamentos da sociolinguística e a relação entre mudanças linguísticas e transformações sociais. Na Seção 3, o conceito de Quilombismo Linguístico é introduzido, evidenciando suas origens e a filosofia de resistência de Abdias Nascimento. A Seção 4 delimita seu território, discutindo práticas de resistência e ativismo. A Seção 5 analisa o racismo linguístico e a necessidade de um ensino inclusivo, e a Seção 6 apresenta as considerações finais e direções para pesquisas futuras.

SOCIOLINGUÍSTICA: DA MUDANÇA LINGUÍSTICA PARA A SOCIAL

A sociolinguística investiga os fenômenos linguísticos considerando fatores sociais, como idade, gênero, escolaridade, aspectos históricos e étnico-culturais, além da interação e do contexto dos eventos. Dessa forma, o estudo da língua como fenômeno social desconstrói a ideia de homogeneidade linguística, contrariando teorias históricas que a tratavam isoladamente de seu contexto.

Nos primórdios da linguística, predominava a crença na uniformidade das línguas, sustentada por descrições intuitivas e fortuitas. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, a Dialetologia passou a demonstrar, de forma sistemática, que a di-

versidade linguística sempre existiu (Chambers; Trudgill, 1994).

Com o advento da sociolinguística no século XX, essa visão tradicional foi desafiada ao revelar que as variações na fala estão intrinsecamente ligadas a fatores sociais. Em contraste com os estudos anteriores, que tratavam as variações como "variação livre", os pesquisadores desta área demonstraram que os hábitos comunicativos de uma comunidade refletem dinâmicas sociais específicas.

Consequentemente, a ideia de que as diferenças linguísticas ocorrem de modo "livre" foi descartada. Ao reconhecer a diversidade linguística como um espelho das estruturas sociais, a sociolinguística enriquece nossa compreensão das interações e das práticas comunicativas nas comunidades, oferecendo uma análise mais aprofundada e contextualizada.

O termo sociolinguística foi usado pela primeira vez por Harvey Cecil Currie em 1952, mas foi a partir do congresso ocorrido na Universidade da Califórnia (UCLA), em Los Angeles, nos Estados Unidos, de 11 a 13 de maio de 1963, organizado por William Bright, que esse campo da linguística começou a se consolidar. A sociolinguística se distingue dos estudos anteriores sobre a relação entre língua e sociedade porque, adotando novas perspectivas da linguística, vê tanto a língua quanto a sociedade como estruturas complexas e interconectadas, e não apenas como itens isolados. A tarefa da sociolinguística é mostrar como as variações na língua estão sistematicamente relacionadas a fatores sociais e, possivelmente, demonstrar uma relação causal entre eles (Bright, 1974). Em essência, a sociolinguística busca entender como mudanças na língua podem estar ligadas a mudanças na sociedade e vice-versa.

Desse modo, interessa à sociolinguística identificar elementos socialmente definidos que influenciam a variação e a mudança linguísticas. A variação linguística ocorre quando duas ou mais formas competem para transmitir o mesmo significado, enquanto a mudança é um processo gradual em que uma forma substitui progressivamente outra ao longo do tempo.

É importante ressaltar que nem todas as variações resultam em mudança linguística, mas toda mudança requer a presença de variação. A coexistência de duas formas variantes não implica automaticamente que uma se tornará obsoleta enquanto a outra se tornará padrão. Essas variantes podem coexistir em estado de variação estável por longos períodos sem que uma substitua a outra. Como afirma Camacho (2013, p. 232):

> [...] toda mudança é o resultado de processos regulares de variação, em que formas alternativas competem entre si em direção da categoricidade. No entanto, o inverso não é verdadeiro. Nem todo processo de alternância resulta necessariamente em mudança diacrônica, caso em que a variação se estabiliza para atuar como índice de diferenças sociais.

A Sociolinguística revela a complexidade inerente às mudanças linguísticas. Não basta apenas observar as variações; é fundamental compreender as motivações sociais que as direcionam. O emprego da língua em distintos contextos sociais e situações comunicativas oferece informações enriquecedoras sobre as avaliações e percepções dos falantes em relação às variantes linguísticas:

> [...] a sociolinguística tem mostrado que atrás dum processo de mudança linguística não há só um quadro de variações, mas principalmente uma motivação social. Assim como as variantes estão distribuídas diferentemente pela estrutura social e pelas situações de uso, assim também recebem

> elas diferente avaliação social. Alguns grupos de falantes, por exemplo, avaliam positivamente uma das variantes e estigmatizam a outra, o que abre perspectivas para sua eventual adoção ou rejeição. Nesse sentido, o que parece relevante para a mudança não é propriamente a função linguística de um elemento, mas antes a informação social veiculada por suas várias realizações (Teixeira, 2021, p. 1502-1503).

Dessa maneira, as variantes linguísticas carregam significados sociais distintos e são avaliadas de diferentes maneiras pelos variados grupos de falantes. Algumas variantes podem ser valorizadas e adotadas, enquanto outras são estigmatizadas e rejeitadas. Isso demonstra que a função social de uma variante linguística muitas vezes tem mais influência no seu processo de adoção ou rejeição do que sua função linguística em si. Compreender essas dinâmicas é essencial para uma análise completa da variação e da mudança linguística.

De acordo com Hernández-Campoy (2014), a sociolinguística tem suas raízes nos trabalhos de Dell Hymes em antropologia e folclore; John Gumperz em etnografia interacional; Joshua Fishman em sociologia da linguagem; e William Labov em linguística da variação. Além dessas áreas, a dialetologia também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento epistemológico da sociolinguística, surgindo como uma resposta aos paradigmas de Chomsky e Saussure, bem como às práticas tradicionais da dialetologia.

Em 1963, William Labov realizou um estudo aprofundado sobre as complexidades linguísticas de uma comunidade localizada em Martha's Vineyard, uma ilha em Massachusetts, Estados Unidos. O objetivo de Labov era examinar como a variação linguística refletia e era influenciada por fatores sociais.

Labov identificou que a pronúncia do ditongo /ay/ havia se transformado em um símbolo de resistência cultural. Tradicionalmente, o dialeto local apresentava um núcleo centralizado para esse som, mas, com o tempo, os falantes começaram a adotar a pronúncia comum no continente, que abaixava o núcleo para [a]. No entanto, alguns moradores, especialmente aqueles da comunidade de pescadores de origem inglesa, começaram a reverter essa tendência. Essa mudança não se restringia apenas à pronúncia, mas representava uma afirmação de autenticidade e identidade local em resposta à ameaça econômica representada pela indústria turística controlada pelo continente.

Segundo Eckert (2012), esse fenômeno demonstra como uma característica linguística pode se transformar de um mero marcador de identidade regional em um símbolo de resistência cultural. Nesse contexto, a variação linguística não apenas espelha, mas também constrói significados sociais, atuando como uma força propulsora da mudança social.

Os estudos sociolinguísticos se dividem, segundo Eckert (2012), em três ondas de análise, cada uma com abordagens e métodos distintos para a variação linguística. A primeira onda, iniciada por Labov (2008 [1972]), concentra-se na relação entre variáveis linguísticas e fatores sociais – como escolaridade, gênero e classe – utilizando metodologias quantitativas. Essa fase destaca padrões regulares de variação entre diferentes estratos sociais, enfatizando a distribuição estatística dessas variáveis.

A segunda onda, que pode ser qualitativa ou quantitativa, adota uma perspectiva linguística e etnográfica em pequenas comunidades. Nessa fase, o pesquisador correlaciona a variação linguística com as práticas so-

ciais locais, dando ao contexto cultural um papel central na análise.

A terceira onda integra métodos quantitativos e qualitativos para investigar como categorias sociais influenciam os padrões linguísticos em comunidades de prática. Nessa fase, o foco recai sobre o significado social das escolhas individuais de linguagem, explorando como ela contribui para a construção de identidades e a renegociação de categorias sociais.

Recentemente, Anne Charity Hudley propôs uma quarta onda na sociolinguística, centrada na relação entre raça e linguagem. Essa abordagem investiga como as práticas linguísticas de diferentes grupos raciais são valorizadas ou desvalorizadas em contextos educacionais e sociais. Ao contrário das ondas anteriores, que se concentravam na descrição das variações linguísticas, a quarta onda busca influenciar políticas e práticas educacionais para promover justiça social e inclusão. Além disso, amplia o foco para questões de acessibilidade e visibilidade de grupos marginalizados, enfatizando o engajamento direto com as comunidades estudadas (Freitag, 2023).

Ademais, a quarta onda diferencia o conhecimento obtido ao estudar um grupo linguístico ou racial daquele adquirido ao vivê-lo. Charity Hudley (2023) defende que essa abordagem é crucial para transformar a pesquisa sociolinguística em uma ferramenta de mudança social, não se limitando a um exercício acadêmico. Assim, a experiência dos participantes é valorizada tanto quanto os dados coletados, promovendo uma colaboração horizontal entre pesquisadores e comunidades.

Portanto, a coleta de dados deve valorizar as experiências vividas pelos membros da comunidade como uma fonte essencial de conhecimento. A pesquisa precisa ser conduzida em colaboração com a comunidade, em que os membros não são apenas sujeitos do estudo, mas também copesquisadores que participam ativamente na construção do conhecimento (Charity Hudley, 2016). Conforme Charity Hudley (2016, p. 388, tradução nossa), "Como tal, a ênfase está naquilo que o indivíduo, grupo, raça e/ou cultura valoriza e vê como crucial para a investigação da linguagem, bem como da justiça social linguística"[1].

APRESENTANDO O QUILOMBISMO LINGUÍSTICO

O conceito de quilombismo tem suas origens na palavra quilombo, que se refere às comunidades formadas por diversos processos, como fugas, ocupações de terras isoladas, doações de antigos proprietários, heranças, concessões e aquisições. Esses processos ocorreram tanto durante o período de escravização quanto após sua abolição, em 1888.

Abdias Nascimento, celebrado como um dos maiores intelectuais e militantes negros do Brasil, desempenhou um papel decisivo na criação do quilombismo, conceito que se firmou como uma filosofia de resistência e de igualdade racial. Ao reconhecer os quilombos como expressões vivas da resiliência e da luta contra a opressão, Nascimento sustentava que esses espaços carregavam, em sua essência, os valores da solidariedade, autonomia e justiça social, princípios fundamentais para a renovação dos direitos civis. Em sua obra, Nascimento (2002) propõe que o quilombismo ultrapassa a condição de mero fato histórico, transformando-

1 "As such, the emphasis is on what the individual, group, race, and/or culture value and see as crucial to the investigation of language, as well as linguistic social justice" (Charity Hudley, 2016, p. 388).

se em um modelo de organização social e política capaz de orientar e inspirar os combates contemporâneos contra o racismo e a opressão, evidenciando a importância de se estabelecer práticas que promovam mudanças efetivas na sociedade.

O Quilombismo Linguístico é uma extensão do quilombismo de Abdias Nascimento, que reconhece a língua não apenas como meio de comunicação, mas como símbolo de identidade e resistência. Assim, propõe-se valorizar as práticas linguísticas das comunidades, garantindo-lhes o espaço e o reconhecimento que merecem.

A língua carrega a história, a cultura e as lutas de um povo. O Quilombismo Linguístico vai além da análise textual, propondo espaços que celebrem e protejam a diversidade linguística, garantindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e respeitadas. É um chamado à ação para quem vê na língua um instrumento de resistência e afirmação cultural.

Inspirado pelo quilombismo de Abdias Nascimento, o Quilombismo Linguístico amplia essa herança de resistência ao campo das línguas, propondo a aplicação dos princípios de solidariedade, autonomia e justiça social para preservar e valorizar as línguas marginalizadas.

Os fundamentos do Quilombismo Linguístico partem da ideia de que a língua é expressão da identidade e resistência de um povo. Isso se reflete em práticas como a revitalização de línguas ameaçadas, a promoção do bilinguismo ou plurilinguismo e a valorização das variedades linguísticas locais em contextos educacionais e midiáticos. Cada ação busca não só preservar a língua em si, mas também reconhecer e celebrar a história e a cultura das comunidades.

O Quilombismo Linguístico apropria-se da herança de resistência dos quilombos para expandir essa luta para os campos da língua e da cultura. Ele reconhece a linguagem como um poderoso símbolo de identidade e ferramenta de resistência, ressaltando a importância de preservar e valorizar as línguas marginalizadas na luta contra a opressão cultural e linguística. Assim como os quilombos eram espaços de liberdade, o Quilombismo Linguístico propõe ambientes em que a diversidade linguística é celebrada, garantindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas.

DELINEANDO O TERRITÓRIO DO QUILOMBISMO LINGUÍSTICO

A resistência linguística engloba ações para preservar e promover línguas e variedades ameaçadas por pressões externas. Ela se manifesta por meio da revitalização de línguas em risco, incentivo ao bilinguismo ou plurilinguismo, e valorização de variedades locais em escolas e mídias, enfrentando o apagamento cultural e linguístico para manter viva a diversidade.

O ativismo linguístico é um movimento social que busca combater desigualdades e promover a equidade linguística. Segundo De Korne (2021), suas ações abrangem desde a criação de materiais didáticos em línguas minoritárias até oficinas e rodas de conversa sobre linguagem. Essa abordagem inclusiva envolve tanto linguistas quanto as comunidades impactadas, promovendo caminhos para a equidade linguística.

Anne Charity Hudley propõe uma abordagem inovadora na sociolinguística, chamada de "linguística libertadora"[2] (Charity Hudley, 2023, tradução nossa). Originada da quarta onda da sociolinguística, que destaca a interseção entre linguagem e justiça social, a linguística libertadora é uma práti-

2 "Liberatory linguistics" (Charity Hudley, 2023).

ca desenvolvida por e para pessoas negras, com o objetivo de promover a justiça racial, linguística e educacional. A ideia central é utilizar a linguística para capacitar grupos marginalizados, especialmente pessoas negras, a ganhar mais visibilidade e reconhecimento, valorizando suas formas de expressão.

Ao considerarmos a escolha do nome "linguística libertadora", somos naturalmente remetidos à filosofia educacional de Paulo Freire. A pedagogia libertadora proposta por Freire (1987) sugere uma transformação radical na forma de aprender e ensinar, focada na conscientização e na libertação dos oprimidos por meio do conhecimento. Ambos os conceitos convergem na ideia de que o conhecimento deve servir como um instrumento de libertação, oferecendo aos marginalizados as ferramentas necessárias para questionar, resistir e transformar suas realidades. Dessa forma, tanto a pedagogia quanto a linguística, sob essas perspectivas, transcendem a mera perpetuação de um status quo opressor, transformando-se em práticas genuínas de liberdade.

O Quilombismo Linguístico, embora compartilhe aspectos da resistência e ativismo linguísticos e da linguística libertadora, distingue-se pela sua abordagem interseccional, considerando como raça, gênero, classe e outras identidades influenciam e são impactadas pela resistência linguística. Esse conceito promove um futuro mais inclusivo, celebrando a diversidade e garantindo espaço às vozes marginalizadas. Inspirado na pedagogia libertadora de Freire, o Quilombismo Linguístico se alinha a uma educação crítica, capaz de transformar e valorizar as identidades marginalizadas.

Collins e Bilge (2020) destacam que a interseccionalidade é essencial para compreender como opressões e privilégios se entrelaçam e se influenciam. Nas lutas culturais e linguísticas, ela evidencia que a resistência linguística é moldada por múltiplas identidades e experiências. Por exemplo, as formas de opressão vivenciadas por uma mulher negra de classe trabalhadora diferem das enfrentadas por um homem branco de classe média, resultando em diferentes manifestações de resistência.

Um exemplo evidente é a resistência das comunidades indígenas no Brasil, que enfrentam marginalização linguística, opressão racial e exploração econômica. A preservação das línguas indígenas representa uma forma de resistência contra a colonização cultural e a perda de identidade. A interseccionalidade dessas lutas se manifesta nas mulheres indígenas, que, como principais guardiãs das línguas e tradições culturais, enfrentam ainda desafios específicos relacionados ao gênero.

A classe social exerce uma influência marcante na resistência linguística, com indivíduos de classes menos favorecidas enfrentando desafios no acesso à educação e recursos linguísticos. Nesse contexto, valorizar e promover variedades linguísticas locais e não padronizadas tornam-se atos de resistência, especialmente porque essas formas de expressão são frequentemente menosprezadas pelas elites sociais e culturais.

Além disso, a identidade de gênero pode desempenhar um papel fundamental na resistência linguística. Pessoas trans e não binárias, por exemplo, frequentemente enfrentam discriminação e violência em razão da sua identidade de gênero. A linguagem se torna uma ferramenta poderosa para afirmar suas identidades e resistir à opressão. Como aponta Freitag (2024, p. 13), "[...] não uma linguagem neutra, mas uma linguagem inclusiva, com a referência aos gêneros das

pessoas". O uso de pronomes e termos inclusivos é uma forma de resistência linguística que desafia as normas de gênero estabelecidas, promovendo a inclusão e o respeito.

As atitudes linguísticas refletem crenças, sentimentos e reações dos indivíduos em relação às línguas e suas variantes. Elas podem assumir caráter positivo ou negativo, exercendo influência significativa sobre a forma como as línguas são percebidas e utilizadas em diferentes contextos sociais. Por exemplo, uma postura favorável diante de uma língua minoritária contribui para sua preservação e valorização, enquanto percepções negativas podem levar ao seu abandono e esquecimento.

No âmbito do Quilombismo Linguístico, atitudes positivas têm papel fundamental na promoção e valorização de línguas e variantes marginalizadas. Para moldar essas perspectivas, é essencial implementar iniciativas como a introdução de variedades e línguas em programas escolares, a ampliação de seu uso em cursos e na mídia, e o estímulo a projetos educativos por meio de redes sociais. Essas ações não apenas incentivam a aceitação da própria língua ou variante, mas também promovem o respeito pelas formas de expressão de outras comunidades, contribuindo para um ambiente inclusivo e culturalmente diverso.

Diversos fatores podem contribuir para atitudes linguísticas mais inclusivas. A exposição a línguas e culturas no ambiente escolar molda percepções, enquanto filmes, séries, músicas e outras mídias ajudam a valorizar diferentes dialetos. O contato direto com falantes de outras línguas e a participação em comunidades multilíngues enriquecem essas atitudes. Políticas que incentivam o bilinguismo e experiências pessoais, como viagens ou trabalho internacional, também ampliam a valorização da diversidade. Essas iniciativas promovem equidade linguística e ajudam a construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

No Quilombismo Linguístico, o ensino da língua portuguesa deve ser democrático, garantindo acesso igualitário aos letramentos para todos, independentemente de origem socioeconômica. Em um país profundamente desigual, é indispensável que a educação linguística alcance todas as camadas sociais, tornando-se um direito acessível e inclusivo. Nesse sentido, concordamos com Freitag (2023, p. 9412) ao afirmar que:

> Usar a educação e a ciência para promover a justiça social é uma das premissas que norteiam a universidade pública brasileira. Em um país com tantas assimetrias, e onde a escolarização é, ainda, a possibilidade de mobilidade social, a universidade se constitui como instituição que pode promover revoluções, também nos rumos da agenda de pesquisa sociolinguística, quebrando a hegemonia.

Para atingir esse objetivo, é crucial reconhecer a existência e a legitimidade das variedades linguísticas não canônicas. Promover um ensino de língua materna inclusivo significa evitar atitudes estigmatizantes e negativas em relação a essas variedades e seus falantes, garantindo que todos se sintam valorizados e respeitados em sua expressão linguística.

A educação linguística no Brasil enfrenta o desafio de equilibrar o ensino da norma culta com a valorização da diversidade linguística do país. Muitos alunos trazem à escola experiências variadas que refletem a riqueza cultural de suas comunidades. Reconhecer e respeitar essa diversidade é essencial para criar um ambiente inclusivo e acolhedor. Isso exige uma pedagogia que vá além da transmissão de regras gramaticais, promovendo uma compreensão crítica da

variação linguística e respeito pelas diferentes formas de expressão. Dessa forma, formamos cidadãos conscientes e preparados para uma sociedade multicultural e diversificada.

POR QUE PRECISAMOS DO QUILOMBISMO LINGUÍSTICO?

A história do Brasil carrega desigualdades sociais e raciais profundas, enraizadas no período colonial e no sistema escravocrata. A violência, tanto física quanto simbólica, infligida aos escravizados deixou marcas que ainda reverberam na sociedade atual. O racismo persiste, manifestando-se de formas explícitas e sutis, afetando a vida de milhões de brasileiros.

A língua, como expressão de cultura e identidade, tem o poder de perpetuar preconceitos ou ser utilizada como um instrumento de inclusão e mudança. Combater as concepções discriminatórias que ainda dominam muitos discursos é um passo fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No cenário brasileiro, a polarização sociolinguística descrita por Lucchesi (2015) destaca a divisão entre as variedades populares e cultas do português, refletindo as profundas desigualdades sociais e raciais do país. Esse fenômeno é um reflexo direto do racismo linguístico (Lucchesi, 2011; Nascimento, G., 2019), que marginaliza as formas de falar das populações negras e periféricas, perpetuando a exclusão e a discriminação. O racismo linguístico manifesta-se na desvalorização das línguas e variedades linguísticas não hegemônicas, reforçando a ideia de que apenas a norma culta, vinculada às elites brancas, é válida e correta. Essa prática não apenas silencia as vozes das comunidades marginalizadas, mas também sustenta as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial no Brasil.

A educação linguística no Brasil reflete tensões entre ideologias e práticas educacionais distintas. Para muitos, ensinar a língua materna representa uma chance de promover inclusão social e valorizar a riqueza cultural das diversas comunidades que formam o país. Todavia essa visão não é universalmente aceita, resultando frequentemente em um ensino que perpetua a discriminação e o preconceito:

> Um ensino eficaz de língua materna incorpora a bagagem cultural do aluno, promovendo uma ampla prática de leitura e produção de textos nas mais variadas situações de comunicação, desenvolvendo também sua capacidade de reconhecer os sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação. Nesse ensino, é imprescindível promover a consciência acerca da diversidade linguística como reflexo inexorável da variedade cultural. E esta formação cidadã para o respeito à diferença não entra em contradição com o ensino da norma culta, que deve permanecer. O que está em jogo, na verdade, é a opção entre um ensino discriminatório e arbitrário, baseado no preconceito e no dogma, e um ensino crítico e pluralista, baseado no conhecimento científico acumulado até os dias de hoje, como ocorre na física, na matemática, na geografia, etc. (Lucchesi, 2011, p. 94).

Ao incorporar a bagagem cultural dos alunos e reconhecer a diversidade linguística como reflexo da riqueza cultural, o ensino de língua materna avança em direção a uma educação mais inclusiva e equitativa. Essa abordagem vai além da simples transmissão da norma culta, ao capacitar os alunos a valorizar e compreender diferentes formas de expressão linguística. Adotando uma perspectiva pluralista e crítica, ela combate preconceitos e discriminações, promovendo um ambiente educativo justo e democrático,

além de formar cidadãos conscientes e preparados para atuar em uma sociedade multicultural.

Quando escrevemos textos acadêmicos para nossos pares ou para submissão em uma banca, seguimos normas e utilizamos palavras e expressões muito específicas, conhecidas apenas por esse público restrito. Entretanto, se desejamos expandir nossos horizontes, não podemos esperar que sejamos plenamente compreendidos por aqueles que não fazem parte desse grupo seleto. Conforme Gnerre (1991), devemos sempre considerar a relação social entre o falante e o ouvinte para estabelecer atos de linguagem apropriados. Ou seja, é necessário adequar a linguagem ao receptor e ao contexto social, para que a mensagem não se restrinja a poucos privilegiados, conforme alerta Galeano (2014, p. 370):

> A linguagem hermética nem sempre é o preço inevitável da profundidade. Em alguns casos pode esconder, simplesmente, a incapacidade de comunicação elevada à categoria de virtude intelectual. Suspeito de que assim o enfado, com frequência, serve para bendizer a ordem estabelecida: confirma que o conhecimento é um privilégio das elites.

Evidentemente, a área acadêmica não é a única na qual encontramos situações que distanciam pessoas por meio dos usos linguísticos escolhidos. Muitas vezes, a escolha de palavras e o nível de complexidade empregado em comunicações oficiais e legais determinam quem tem acesso à informação e quem é excluído. Nesse contexto, torna-se essencial refletir sobre a acessibilidade da linguagem e seu impacto nas massas. É nesse cenário que encontramos a crítica de Fanon (2022) à utilização de uma linguagem elitista, que exclui aqueles que não possuem formação específica em áreas como direito ou economia:

> É verdade que, se tomarmos a precaução de utilizar uma linguagem compreensível apenas para os bacharéis em direito ou em ciências econômicas, será fácil provar que as massas devem ser dirigidas. Mas, se utilizarmos a linguagem concreta, se não estivermos obcecados pela vontade perversa de complicar as coisas, de nos livrarmos do povo, então perceberemos que as massas captam todas as nuances, todos os ardis. Recorrer a uma linguagem técnica significa que se está decidido a considerar as massas como ignorantes.

Ao optar por uma linguagem concreta, conforme sugere Fanon (2022), reconhecemos e valorizamos a capacidade das massas de compreender e interpretar a realidade de maneira crítica e consciente. O uso de jargões técnicos e termos complexos frequentemente serve como uma barreira destinada a excluir e marginalizar.

Recorrer a uma linguagem técnica e inacessível não é apenas uma questão de estilo, mas uma escolha ideológica que perpetua a desigualdade e a alienação. A clareza no discurso democratiza o acesso à informação, permitindo que todos participem ativamente do debate social e político. Como afirma Fanon (2022): “Pode-se explicar tudo ao povo, desde que se queira realmente que ele compreenda”. Assim, ao comunicar-se de forma direta e compreensível, reafirmamos o compromisso com a inclusão e o respeito à inteligência coletiva das massas.

Neste contexto, o Quilombismo Linguístico se apresenta como uma proposta de resistência e transformação. A. Nascimento (2019), ao criar o quilombismo, introduziu uma filosofia política e social que valoriza a cultura afro-brasileira e promove a autonomia das comunidades negras. Para combater a polarização sociolinguística e o racismo linguístico, além de promover uma linguagem acessível, o Quilombismo Linguís-

tico sugere uma abordagem diversificada que envolve educação, políticas públicas e valorização da diversidade linguística:

- Capacitação de professores: formar educadores desde os primeiros anos em sociolinguística crítica e na valorização de variedades não hegemônicas para promover ambientes inclusivos e respeitosos.
- Promoção na mídia: garantir representações positivas das variedades do português e línguas minoritárias em diferentes plataformas para desconstruir estereótipos.
- Campanhas de conscientização: divulgar amplamente a importância da diversidade linguística e combater estereótipos, incentivando diálogo inclusivo em escolas, universidades e meios de comunicação.
- Pesquisa sociolinguística: buscar estratégias de preservação linguística e atitudes culturais para subsidiar políticas públicas eficazes.
- Colaboração interdisciplinar: unir linguistas, educadores, sociólogos e ativistas para desenvolver soluções inovadoras contra o racismo linguístico.
- Revitalização linguística: criar programas para línguas em risco, incluindo materiais didáticos e formação de professores bilíngues.
- Apoio institucional: alocar recursos e estabelecer parcerias para iniciativas de valorização de línguas minoritárias.
- Linguagem acessível: garantir que documentos e comunicações sejam claros e compreensíveis, permitindo inclusão social e participação ativa.
- Monitoramento de políticas: avaliar regularmente políticas e programas para assegurar eficácia e inclusão linguística.

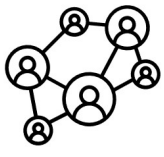
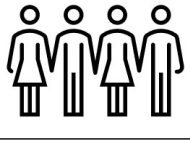
Enfrentar a polarização sociolinguística, o racismo linguístico e promover uma linguagem acessível exige um trabalho colaborativo e contínuo. Esse esforço deve incluir educação inclusiva, políticas públicas eficazes, valorização da diversidade linguística e fortalecimento comunitário. Essas estratégias pavimentam o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as vozes são ouvidas e respeitadas.

No Quadro 1, apresentamos as principais características do Quilombismo Linguístico, proporcionando uma análise detalhada. A resistência linguística manifesta-se na contínua valorização de línguas marginalizadas. Fundamentada na interseccionalidade, ela reconhece que a busca por justiça linguística se conecta a lutas identitárias como as de raça, gênero e classe. O Quilombismo Linguístico reforça essa abordagem ao promover uma educação crítica e transformadora, que não apenas transmite conhecimento, mas valoriza diversas vozes e experiências, impulsionando mudanças significativas.

Combater a opressão linguística é uma prioridade, enfrentando o racismo linguístico e a polarização sociolinguística que marginalizam comunidades e silenciam suas vozes. O fortalecimento comunitário emerge como um pilar fundamental, promovendo espaços onde a diversidade linguística é celebrada e respeitada, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Além dessas características, o Quilombismo Linguístico incentiva o uso de uma linguagem acessível e democrática, que permita a inclusão de todas as pessoas na participação ativa nos debates e decisões sociais.

Quadro 1 – Características do Quilombismo Linguístico

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
Resistência linguística	A língua é utilizada como uma ferramenta de identidade e resistência, mantendo viva a herança cultural das comunidades.	Uso de expressões e dialetos específicos que refletem a história e as tradições quilombolas.
Interseccionalidade 	Integração das lutas culturais e linguísticas, destacando as múltiplas identidades que compõem as comunidades quilombolas.	Combinação de questões raciais, de gênero e de classe na valorização das práticas linguísticas.
Educação crítica	Promoção de uma educação que valoriza a diversidade linguística e fomenta o pensamento crítico.	Desenvolvimento de currículos que incluem a história e as línguas das comunidades quilombolas.
Valorização de línguas marginalizadas	Preservação e valorização de línguas e variedades linguísticas que não são dominantes	Projetos de documentação e revitalização de línguas em risco de extinção.
Combate à opressão linguística	Luta contra o racismo linguístico e a polarização sociolinguística que marginaliza certas variedades linguísticas.	Ações para promover a inclusão e o respeito às diferenças linguísticas nas esferas pública e privada.
Fortalecimento comunitário 	Criação de espaços onde as vozes marginalizadas são ouvidas e respeitadas, fortalecendo a identidade coletiva.	Organizações comunitárias que promovem eventos culturais e educativos centrados na língua e cultura quilombola.
Linguagem acessível e democrática	Incentivo ao uso de uma linguagem clara, compreensível e cidadã, que permita a inclusão de todas as pessoas na participação ativa nos debates e decisões sociais.	Clareza em documentos oficiais, políticas públicas e meios de comunicação para serem compreensíveis por todos.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ao analisar as características do Quilombismo Linguístico apresentadas no Quadro 1, notam-se a amplitude e a riqueza dessa abordagem. Ela não só exalta a resistência linguística como um ato de preservação cultural, mas também integra a interseccionalidade como princípio essencial, reconhecendo a complexidade das identidades envolvidas. A promoção de uma educação crítica busca ir além da mera transmissão de conhecimento, incentivando uma transformação social que valoriza a multiplicidade de vozes.

Enfrentar a opressão linguística e fortalecer comunidades é essencial para construir uma sociedade mais justa, na qual a diversidade linguística é reconhecida e respeitada. Nesse contexto, o Quilombismo Linguístico emerge como uma ferramenta poderosa de justiça cultural e linguística, promovendo a inclusão e resgatando a dignidade das comunidades marginalizadas.

Uma das propostas de A. Nascimento (2019) nos desafia a reconsiderar as estruturas de poder e as hierarquias linguísticas que perpetuam as marcas da colonização em nossa sociedade contemporânea. Essa reflexão pode ser fundamental para a aplicação prática do Quilombismo Linguístico:

> [...] considerando que devemos erradicar todas as formas de colonização, inclusive a linguística, foi proposto: – Aos órgãos educativos dos países da América o ensino de uma língua africana, a qual, em longo prazo, possa ser utilizada como instrumento de educação e comunicação universal entre os negros de todo o mundo.

Defender o ensino de uma língua africana nas escolas cria pontes culturais, resgata a identidade negra e promove a diversidade linguística como patrimônio a ser celebrado. Utilizar uma língua africana como ferramenta de educação e comunicação global entre negros desafia normas coloniais e inspira um futuro mais inclusivo e solidário. Ao valorizar essas línguas, rompemos com o colonialismo e avançamos rumo a uma educação plural e emancipadora.

Iniciativas como as do Núcleo Permanente de Extensão em Letras (NUPEL) no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA) exemplificam essa abordagem prática. O NUPEL oferece diversos cursos de línguas, incluindo *kimbundu* e *yorubá*, duas importantes línguas africanas, a preços acessíveis à comunidade interna e externa à UFBA, e gratuitamente para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica[3]. A preservação e promoção das línguas africanas por meio dessas iniciativas educacionais não apenas ajudam a mitigar os efeitos da colonização linguística, mas também reforçam o sentimento de identidade e pertencimento entre os povos de origem africana. Essas ações práticas de Quilombismo Linguístico, portanto, vão além da preservação das línguas, abrangendo também a resistência cultural e o fortalecimento das comunidades marginalizadas.

A proposta de A. Nascimento (2019) de ensinar uma língua africana na América busca descolonizar a educação e unir povos negros, destacando as línguas africanas como símbolos de identidade e resistência à opressão linguística e cultural. Reconhece-se que a colonização impactou também o campo linguístico, ao impor línguas coloniais e marginalizar as nativas e africanas.

3 Desde a gestão do reitor Edgard Santos (1946-1961), a UFBA já incentivava a integração com línguas africanas e recebia estudantes oriundos da África. O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), fundado em 1959, tem como missão fomentar o diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, além de fortalecer a presença diplomática e cultural do Brasil na África. O CEAO também se dedica ao estudo das línguas e civilizações africanas e asiáticas. Além disso, a UFBA continua a acolher bolsistas africanos, inclusive no ILUFBA e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Cultura (PPGLinC).

O ensino de uma língua africana resgata e valoriza raízes culturais, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade entre descendentes de africanos.

Além disso, ao aprender uma língua que traz consigo uma rica herança cultural e histórica, os estudantes negros podem desenvolver um profundo orgulho de sua identidade e uma consciência crítica das dinâmicas de poder que influenciam suas vidas. Isso pode resultar em uma maior participação e engajamento na luta por direitos e justiça social.

A preservação e valorização das línguas marginalizadas são fundamentais no Quilombismo Linguístico. Uma forma concreta de implementar essa defesa é por meio do ensino de línguas africanas. Ao incluir essas línguas no currículo escolar, reconhecemos sua importância cultural e histórica, assegurando que continuem a ser faladas e transmitidas para as próximas gerações.

Além disso, a língua portuguesa, como uma das línguas oficiais do Brasil – país que abriga a maior população negra fora da África – exerce um papel fundamental como elo cultural e linguístico, especialmente entre as comunidades afrodescendentes dos países lusófonos. Essa função não se resume apenas à comunicação, mas também reforça a identidade coletiva e a união cultural desses povos. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o processo de colonização na África foi marcado pela presença de diversas potências europeias (como Inglaterra, França, Bélgica, Espanha e Alemanha), o que contribuiu para a complexa pluralidade de influências linguísticas e culturais nas comunidades dispersas pelo mundo. Nesse sentido, o uso do português em certos contextos não só fortalece a coesão cultural entre os países de língua portuguesa, mas também valoriza uma língua que carrega consigo a rica história e as experiências vividas das comunidades afrodescendentes.

Apesar de sua origem europeia e colonizadora, a língua portuguesa, no Brasil, com o contato linguístico de diferentes povos, deu origem à variedade mais falada, o português brasileiro. Portanto, ao promover o ensino de línguas africanas nas instituições educativas, também podemos considerar o português como uma potencial ponte de comunicação entre as diásporas negras. Isso aproveita uma base linguística já existente e celebra as influências culturais que a língua portuguesa incorporou ao longo do tempo, permitindo um diálogo inclusivo e valorizando a multiplicidade de vozes que compõem a identidade negra global.

Para desenvolver políticas linguísticas que valorizem a diversidade no Brasil, é crucial oficializar línguas minoritárias, criar programas de revitalização e promover o bilinguismo e o plurilinguismo em contextos oficiais e informais. Além disso, é fundamental incluir as comunidades marginalizadas na formulação e implementação dessas políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

Para promover o Quilombismo Linguístico, é essencial incentivar pesquisas que analisem estratégias de preservação linguística, as relações entre atitudes e resistência cultural, e o impacto das políticas públicas na valorização de línguas minoritárias. Investigações interdisciplinares – integrando sociolinguística, educação, antropologia e estudos culturais –podem oferecer contribuições valiosas para práticas eficazes.

A adoção da perspectiva êmica[4] em pesquisas que se alinham ao Quilombismo Lin-

4 A perspectiva êmica concentra-se na compreensão interna e subjetiva das práticas e crenças de um grupo social com base na perspectiva dos próprios membros desse grupo (Chapman; Kinloch, 2011; Pike, 1967).

guístico é essencial para assegurar que as experiências e interpretações dos próprios membros das comunidades sejam valorizadas e respeitadas. Esta abordagem proporciona uma compreensão mais autêntica e profunda das práticas linguísticas, revelando sutilezas que seriam perdidas sob uma ótica puramente externa e objetiva.

Ao adotar a perspectiva êmica, os pesquisadores capturam as realidades subjetivas e motivações dos falantes, promovendo uma visão integrada e respeitosa das culturas linguísticas. Essa abordagem é fundamental para o Quilombismo Linguístico, que celebra e protege a diversidade e as identidades culturais marginalizadas.

Ademais, a perspectiva êmica está em total consonância com os princípios de resistência e autonomia que fundamentam o Quilombismo Linguístico. Ao dar prioridade às vozes e interpretações dos próprios indivíduos e comunidades, esta abordagem não apenas desafia as hierarquias impostas pelo colonialismo, mas também promove a justiça social e a equidade linguística. Dessa forma, é possível construir um corpo teórico que não só descreve, mas também empodera as comunidades estudadas, refletindo suas próprias perspectivas e formas de resistência.

Ao situar o Quilombismo Linguístico nesse contexto teórico, evidencia-se sua contribuição para a compreensão das dinâmicas de poder e resistência. Ele amplia as abordagens da resistência e do ativismo linguístico, incorporando uma perspectiva interseccional que reconhece as múltiplas identidades e experiências das comunidades. Dessa forma, o Quilombismo Linguístico se estabelece como uma ferramenta poderosa na promoção da justiça social e da equidade linguística.

Respondendo à pergunta que intitula esta seção, precisamos do Quilombismo Linguístico porque ele oferece uma abordagem interseccional e inclusiva para reduzir atitudes negativas em relação à própria língua ou variedade, bem como em relação à língua ou variedade do outro. Além de combater o racismo linguístico e a polarização sociolinguística no Brasil, ao valorizar e preservar as línguas e variedades linguísticas marginalizadas e promover um ensino de língua materna inclusivo, o Quilombismo Linguístico promove a justiça social e a igualdade, reconhecendo a importância cultural e histórica dessas línguas e variedades.

Além disso, ao capacitar educadores, implementar políticas públicas inclusivas e promover a diversidade linguística na mídia, essa abordagem favorece a construção de uma sociedade na qual todas as vozes são respeitadas e valorizadas. A importância de uma linguagem acessível e democrática é primordial para assegurar que todos possam participar ativamente dos debates e decisões sociais, independentemente de sua formação ou condição socioeconômica. Portanto, o Quilombismo Linguístico é essencial para transformar a sociedade brasileira em um ambiente mais justo e igualitário por meio da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Quilombismo Linguístico, enquanto abordagem interseccional e inclusiva, destaca-se por valorizar e preservar línguas e variedades linguísticas marginalizadas. O conceito combina a justiça social com a valorização cultural e histórica, oferecendo uma nova perspectiva sobre resistência, ativismo e linguística libertadora.

Foi identificada a necessidade de políticas públicas que fomentem a inclusão linguística e reconheçam a pluralidade cultural, assim como iniciativas educacionais que capacitem professores para valorizar varie-

dades não hegemônicas. Exemplos práticos, como os projetos do NUPEL, comprovam o êxito de ações que fomentam uma educação plural e emancipadora.

Celebrando a diversidade linguística, o Quilombismo Linguístico valoriza as variedades não canônicas como expressões legítimas de identidade cultural e resistência, fortalecendo comunidades marginalizadas e o patrimônio cultural da sociedade. Ademais, promove uma linguagem clara e democrática, essencial para inclusão nos debates e decisões sociais, transformando o Brasil em um ambiente mais justo e igualitário.

Incentivar atitudes positivas em relação às línguas marginalizadas é essencial para consolidar a justiça social e a inclusão. Integrar essa abordagem nas escolas, na mídia e nas políticas públicas favorece o respeito e a valorização das diversas formas de expressão linguística, fomentando uma cultura de diversidade.

Este artigo inaugura reflexões sobre um campo vasto e interdisciplinar, demandando a colaboração contínua de pesquisadores(as) para aprofundar as análises e ações relacionadas ao Quilombismo Linguístico. Com base nessas reflexões, o Quilombismo Linguístico abre caminhos para novas investigações que aprofundem a interseção entre língua, cultura e justiça social em comunidades marginalizadas. Estudos futuros poderão explorar sua aplicação em contextos educacionais e sociais, analisando o impacto de políticas públicas voltadas para a valorização das línguas minoritárias e o papel da tecnologia na preservação e difusão dessas variedades. Tais ações reforçam seu papel como instrumentos de resistência e afirmação cultural. Além disso, a integração entre academia e comunidades marginalizadas pode enriquecer as investigações, promovendo a troca de saberes e fortalecendo o impacto das ações propostas. Conforme hooks (2019, local. 296), "A linguagem também é um lugar de luta. Na linguagem vive uma luta, ainda que oprimida, para que nos recuperemos, para reconciliar, reunir, renovar. Nossas palavras não são sem sentido, elas são uma ação, uma resistência". Portanto, o papel da língua como instrumento de reconstrução e resistência é central para o Quilombismo Linguístico e seu compromisso com a justiça social.

REFERÊNCIAS

BRIGHT, W. As dimensões da sociolinguística. Tradução de Elizabeth Neffa Araújo Jorge. *In*: FONSECA, M. S. V.; NEVES, Moema F. (org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974. Coleção Enfoque.

CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHAPMAN, T.; KINLOCH, V. Emic Perspectives of Research. *In*: LAPP, D.; FISHER, D. (ed.). **Handbook of Research on Teaching the English Language Arts**: Sponsored by the International Reading Association and the National Council of Teachers of English. 3. ed. New York: Routledge, 2011. p. 379-385.

CHARITY HUDLEY, A. H. Language and racialization. *In:* GARCÍA, O.; FLORES, N.; SPOTTI, M. (ed.). **The Oxford Handbook of Language and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 381-402.

CHARITY HUDLEY, A. H. Liberatory Linguistics. **Dædalus**, [*s. l.*], v. 153, n. 3, p. 212-226, Summer 2023. Disponível em: https://www.amacad.org/sites/default/files/daedalus/downloads/Daedalus_Su23_Language-and-Social-Justice.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

DE KORNE, H. **Language Activism**: imaginaries and strategies of minority language equality.

Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2021.

ECKERT, P. Three waves of variation: the emergence of meaning in the study of Sociolinguistic Variation. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, n. 41, p. 87-100, 2012. Disponível em: https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/ThreeWaves.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, R. M. K. A quarta onda: ativismo sociolinguístico no Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 9401-9419, 2023.

FREITAG, R. M. K. **Não existe linguagem neutra!** Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2024.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. Research methods in Sociolinguistics. **AILA Review**, Winterthur, v. 27, p. 5-29, 2014.

HOOKS, b. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D. Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista? A questão do ensino da língua portuguesa no Brasil. **Grial**, [*s. l.*], v. 49, n. 190, p. 86-95, 2011.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. 2. ed. Brasília: Fundação Palmares; Rio de Janeiro: OR Produtor Editor, 2002.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019. *E-book*.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019. *E-book*.

PIKE, K. L. **Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior**. 2. ed. Paris: Mouton & Co., 1967.

TEIXEIRA, M. C. R. Variação lexical em *Seara Vermelha*, de Jorge Amado. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 27, n. 79, p. 1499- 1507. CiFEFiL, jan./abr.2021.

Recebido em: 27/03/2024
Aprovado em: 26/06/2024

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.